

E a reforma política?

Homero de Oliveira Costa

Diário de Natal, 05 de dezembro de 2004

Um dia após o término do prazo para o registro das candidaturas para as eleições municipais de 2004, quando se assistiu, mais uma vez, a um festival de troca-troca de partidos por parlamentares eleitos em 2002, o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, afirmou que “enquanto não houver uma reforma política, vamos continuar nessa verdadeira prostituição de partidos políticos, de infidelidade partidária e troca-troca de partidos. Isso é uma coisa que desmoraliza o processo político, eleitoral e partidário no Brasil”.

De fato. E desta vez, sob o governo Lula, no qual em apenas 10 meses, 115 parlamentares trocaram de partidos, sendo um recorde nos últimos quinze anos. O objetivo é o de sempre: ampliar a base de sustentação do governo tanto na Câmara como no Senado. Na ausência de partidos (e parlamentares) sem qualquer convicção doutrinária e ideológica, a moeda de troca é também sempre a mesma: o puro, simples e eficaz fisiologismo.

Fatos como esses, que mostram a fraqueza e a inconsistência de nossos partidos políticos, servem de pretexto para, mais uma vez, retornar a discussão a respeito da imperiosa necessidade de uma reforma política. Reforma que não pode se restringir a um ou outro aspecto, mas a um conjunto de mudanças que impliquem em alterações substanciais no sistema partidário e eleitoral do país.

E é esse justamente o problema: dificilmente teremos uma reforma política ampla que contemplem temas relevantes como a distorções da representação dos Estados na Câmara dos Deputados, diminuição do mandato para senador (por que 8 anos e não 4? Por que 3 representantes por Estado e não 2, por exemplo?), o fim do esdrúxulo sistema de escolha dos suplentes de senadores, a aprovação do financiamento público de campanhas, a adoção do sistema de listas fechadas, a fidelidade partidária, entre outros.

O que tivemos até aqui forma apenas discussões e apresentação de algumas propostas no Congresso que ainda dependem de votação em plenário.

No essencial, creio que dificilmente termos uma reforma política ampla. E, basicamente, porque os que estão no Congresso (69% dos deputados foram reeleitos e a maioria dos senadores) extraem benefícios eleitorais desse sistema e não querem mudá-lo. Porque o que se estará em jogo é justamente a manutenção de certos privilégios que a elite, que detém de fato o poder no país e está amplamente representada no Congresso, simplesmente não deseja mudar.

E nesse sentido, o que se terá é o que consensual entre as elites e mesmo assim, não se conseguiu cotar no plenário das duas Casas (Câmara e Senado) nem no governo FHC – que tinha maioria folgada em ambas e no discurso a reforma política como uma de suas prioridades – nem muito menos, pelo “andar da carruagem” se conseguirá no governo Lula, onde parte considerável dessa mesma elite é sua base de apoio e sustentação.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br